

INFORMATIVO TRIMESTRAL 1º TRIMESTRE DE 2002

Este informativo trimestral, emitido pela área de Relações com Investidores, tem como objetivo manter os acionistas, investidores, analistas de mercado e a comunidade financeira em geral, informada sobre os fatos relevantes da Eletropaulo. Conforme mencionado em trimestres anteriores, este relatório passou a ser um dos veículos de comunicação da empresa junto ao Mercado, mantendo a política de transparência de seus resultados e estratégias.

Caso necessitem de informações adicionais às contidas neste relatório, favor entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail marketrelations@eletropaulo.com.br ou pelo telefone 55.11.5501-7685 com Andrea Fernandes ou Geraldo Colonhezi.

Silvia Pannuti
Superintendente de Relações com Investidores

Andrea C. Ruschmann
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

O ACORDO GERAL DO SETOR

O ano de 2001 foi um ano de grandes desafios para o setor elétrico brasileiro, devido principalmente ao programa de racionamento de energia implementado pelo governo por intermédio da Medida Provisória 2148-1 de 22/05/2001 e ao extenso processo de negociação que seguiu o estabelecimento do racionamento e envolveu os agentes do setor e o governo. Esse processo teve um resultado positivo, à medida que as empresas obtiveram compensação pelas perdas relacionadas ao racionamento de energia e importantes pendências no campo regulatório foram resolvidas.

A principal causa do racionamento foi a combinação de um regime de chuvas desfavorável com um nível de investimentos em geração insuficiente para atender o crescimento da demanda. A ausência de níveis adequados de investimento em capacidade adicional de geração de energia elétrica no Brasil esta relacionada à ausência de regras claras e pendências regulatórias relacionadas, entre outros, ao repasse inadequado dos custos não gerenciáveis.

A fim de corrigir as disfuncionalidades do setor elétrico e garantir o funcionamento do Mercado, a continuidade dos investimentos, o fim da crise de energia e as condições para evitar a repetição do problema, o governo promoveu o Acordo Geral do Setor, o qual está refletido através da Medida Provisória nr.14, a qual foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 29/04/2002, tornando-se Lei 10.438.

A Medida Provisória nr.14 estabeleceu, entre outros, o mecanismo para a compensação das perdas com o racionamento através de reajuste tarifário extraordinário vigente desde 27/12/2001, o qual para a Eletropaulo representou um aumento médio de 5,6% (2,9% residencial, 7,9% outros). Obedecendo ao regime de competência e às determinações da Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, as empresas contabilizaram durante o período do racionamento uma receita a título da recomposição tarifária extraordinária. A Resolução 72 estabelece em detalhes o método de contabilização das medidas estabelecidas na MP 14, após tratativas com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades de classe que atuam na normatização de procedimentos contábeis.

Como parte do Acordo Geral do Setor e também regulamentado pela MP 14, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES fará um adiantamento de recursos equivalente a 90% das perdas do racionamento, o qual será amortizado conforme a realização do aumento tarifário, concedido para esse fim. A primeira parcela do referido adiantamento, no valor de R\$ 278.334 mil, foi desembolsado em fevereiro de 2002. O recebimento da segunda parcela está previsto para junho de 2002.

O Acordo Geral do Setor inclui ainda a solução definitiva para uma antiga pendência regulatória relativa à Parcela A (item da fórmula utilizada para o reajuste tarifário que garante o repasse dos custos não-gerenciáveis). A Portaria Interministerial nº 296, de 25 de Outubro de 2001, cria a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), a fim de compensar as variações mensais dos custos não-gerenciáveis ocorridas entre reajustes tarifários, incluindo encargos financeiros, assegurando, desta forma, um direito estabelecido no Contrato de Concessão. Os principais custos incluídos na CVA são: compra de energia de Itaipu (incluindo as variações cambiais entre o dólar americano e o real), Cota Consumo Combustível (CCC), Encargos de Serviços de Sistema (ESS) e Taxa de Fiscalização da ANEEL (TFSSE).

A receita da recuperação da Parcela A do período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 será auferida através da extensão do prazo do aumento tarifário extraordinário vigente a partir de 27/12/2001 de acordo com a Resolução Nº123 da Câmara de Gestão da Crise de 15/03/2002, porém a Eletropaulo receberá também um adiantamento equivalente a 90% desses do BNDES. A data do desembolso está estimada para Junho de 2002.

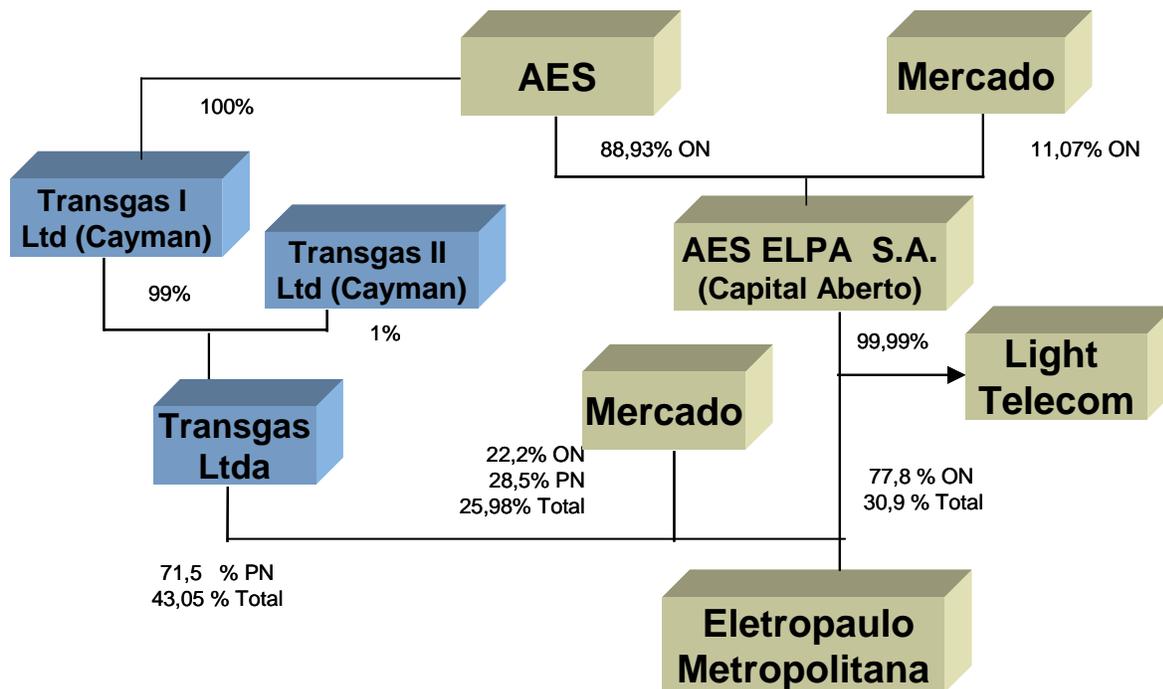
CONTROLE ACIONÁRIO

Em 6 de fevereiro de 2002 foi concluído o processo de reestruturação societária iniciado em 2000, com a venda das participações da Reliant, CSN e compra do bloco do BNDES. A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light”) e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) comunicaram ao mercado que, após a efetivação da redução do capital social da Light, (a) EDF International S.A. e sua controlada, LIDIL Comercial Ltda.. (“EDF”) transferiram para (b) The AES Corporation e suas controladas, AES Coral Reef LLC, AES Treasure Cove Ltd. e AES Cemig Empreendimentos INC. (“AES”), 9.022.443.573 ações representativas do capital social da AES ELPA S.A. (atual denominação e tipo jurídico da LightGás Ltda.) (“AES ELPA”) que foram recebidas da Light em razão da redução de seu capital social. Em contraprestação, AES transferiu 3.351.004.792 ações ordinárias da Light de sua propriedade, à EDF.

A referida permuta de ações consolidou a última etapa do processo de reestruturação das participações societárias detidas pelos Grupos EDF e AES no capital social da Light, da AES ELPA e, indiretamente, da Eletropaulo. Como consequência dessa reestruturação, conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 6 e 23 de julho de 2001, a AES assumiu isoladamente o controle societário da AES ELPA com 88,21% das ações votantes e, indiretamente, da Eletropaulo, bem como da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. (ex-Light Telecom Ltda); e a EDF assumiu isoladamente o controle societário da Light com 88,21% das ações votantes.

A reestruturação societária foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio dos Ofícios n°s 448, de 29.10.2001, 535 e 536, ambos de 10.12.2001, e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por meio do Ofício n° 607, de 13.12.2001.

CONTROLE ACIONÁRIO EM 31/03/2002



MERCADO

A Eletropaulo atende 24 municípios do Estado de São Paulo, incluindo a Capital, localizados na região mais desenvolvida do território nacional. Sua área de concessão representa apenas 0,05% do território nacional, entretanto apresenta a maior concentração de habitantes por quilômetros quadrados (3.247,9 hab./Km²), compreendendo uma população de 15,2 milhões (69% dos habitantes da cidade de São Paulo) em uma área equivalente a 4.526Km². O consumo por quilômetro quadrado de 1.691 MWh¹ registrado no primeiro trimestre de 2002 na área servida pela Eletropaulo é significativamente superior ao apresentado por outras empresas de distribuição de energia.

Atualmente a empresa atende 4,7 milhões de consumidores, o que corresponde a um consumo aproximado de 7.668GWh acumulado de janeiro a março de 2002 (mercado firme). O consumo por cliente no 1º trimestre de 2002 foi de aproximadamente 1.598KWh¹ (total impactado pelo racionamento).

	1Tri01	4Tri01	1Tri02	Total %	1Tri01x1Tri02	4Tri01x1Tri02
Consumo - GWh						
Residencial	3.067	2.198	2.307	30,1%	-24,8%	4,97%
Industrial	2.796	2.420	2.521	32,9%	-9,8%	4,18%
Comercial	2.517	1.940	2.052	26,7%	-18,5%	5,78%
Outros + Consumo Próprio	895	791	793	10,3%	-11,4%	0,22%
Total c/ Consumo Próprio	9.275	7.348	7.673	100%	-17,3%	4,41%
Faturamento- R\$ Mil						
Residencial	493.596	436.323	480.104	38%	-2,7%	10,03%
Industrial	278.299	291.152	311.282	24%	11,9%	6,91%
Comercial	369.443	346.448	387.014	30%	4,8%	11,71%
Outros	93.577	89.552	97.936	8%	4,7%	9,36%
Total	1.234.915	1.163.476	1.276.336	100%	3,4%	9,70%

O consumo na área de concessão da Eletropaulo durante o 1º trimestre de 2002 ainda foi impactado pelo racionamento, uma vez que o mesmo permaneceu em vigor até 1º de março, mostrando portanto uma redução de 17,3% (Janeiro 20,9%, Fevereiro 21,3%, Março 9,8%) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Com relação ao 4º trimestre de 2001, entretanto, já se percebe o efeito positivo do término do racionamento através de um aumento no consumo de 4,6% no 1º trimestre de 2002.

A **classe residencial**, que representava 33% em média do consumo total em MWh durante o 1º trimestre de 2001, representou 30% do consumo total em MWh no 1º trimestre de 2002. Esta redução na participação total do consumo é reflexo da colaboração da população ao plano de racionamento do Governo. Em relação ao trimestre anterior, nota-se aumento de consumo de 4,9%, um pouco acima do crescimento geral de consumo, mostrando uma ligeira recuperação desta classe de consumo.

Em outubro de 2001, através de decisão judicial, a Eletropaulo reclassificou sua base de consumidores “baixa-renda”, previamente composta por 2,7 milhões de consumidores, passando então para aproximadamente 500 mil consumidores e proporcionando um aumento de receita nesta classe de consumidores de aproximadamente R\$230 milhões por ano. Tal evento explica o aumento de 10,0% (vs. 4,9% de aumento no consumo físico) na receita de clientes residenciais durante o 1º trimestre de 2002 quando comparado ao trimestre anterior.

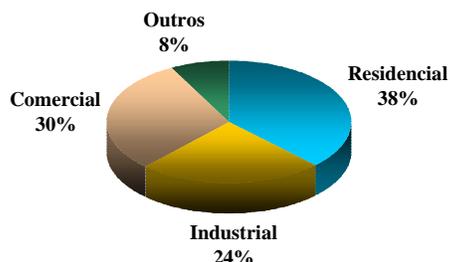
¹ Excluindo consumo próprio

A **classe comercial**, com participação de 26,8% do mercado total, apresentou um crescimento em relação ao trimestre anterior de 5,8% em MWh, e o faturamento apresentou uma evolução de 11,7% no mesmo período. Com relação ao 1º trimestre de 2001, o consumo desta classe reduziu-se em 18,5% e a receita cresceu 4,8% devido basicamente ao reajuste tarifário de 4 de julho de 2001.

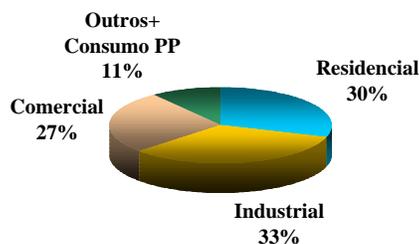
A **classe industrial**, no 1º trimestre de 2002, apresentou um decréscimo de 9,8% em MWh, devido ao racionamento, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, e um aumento de 11,9% em receita, devido principalmente ao reajuste tarifário de 4 de julho de 2001. Comparando o 1º trimestre de 2002 com o trimestre anterior verifica-se um aumento de 4,2% em MWh, e 6,9% em receita.

No 1º trimestre 2002 a **classe outros**, que inclui iluminação pública, rural, poderes públicos, tração elétrica, água e esgoto e consumo próprio apresentou um decréscimo em consumo de 12,0% quando comparado ao período correspondente de 2001 e um aumento de receita de 4,7%. Quando comparamos com o trimestre anterior o consumo decresceu em 0,4% e a receita aumentou em 9,36%.

Composição da Receita
1º Tri 2002



Consumo GWh
1º Tri 2002



ANÁLISE DO TRIMESTRE

RESULTADO

O resultado do 1º trimestre de 2002 foi marcado pelo impacto decorrente do racionamento de energia, estabelecido pelo Governo em 22/05/2001, através da Medida Provisória 2.148-1. Como consequência do final do racionamento a partir de 1º de março de 2002, o consumo de energia elétrica já apresentou uma tendência de recuperação mesmo havendo racionamento de energia em janeiro e fevereiro de 2002. A classe residencial registrou um acréscimo de 4,9% e as classes industrial e comercial um aumento de 4,2% e 5,8%, respectivamente se comparado ao trimestre anterior.

O impacto do racionamento foi atenuado pelo Acordo Geral do Setor, refletido na Medida Provisória nº 14 de 21/12/2001, que foi aprovada pelo Presidente da República tornando-se a Lei 10.438 em 29 de abril de 2002. Esta lei estabelece entre outros, o direito e mecanismo de recuperação das perdas ocorridas durante o racionamento. A empresa contabilizou no 1º trimestre de 2002 uma receita de R\$192 milhões referente à compensação das perdas com o racionamento nos meses de janeiro e fevereiro de 2002 de acordo com a Resolução 72 da ANEEL de 7 de fevereiro de 2002. O efeito líquido no resultado foi de R\$ 128 milhões, uma vez que parte da recuperação de margem (R\$63 milhões) foi amortizada.

Recomposição Tarifária Extraordinária	
Saldo em 31/12/01	976.042
Recomposição Tarifária Extraordinária Jan-Fev de 2002	192.346
Recomp. Tarifária Extraordinária amortizada	(63.649)
Correção pela Selic	52.846
Saldo em 31/03/02	1.157.585

A recuperação de perdas foi calculada a partir da diferença entre a receita efetiva no período de racionamento e a receita esperada caso não houvesse racionamento de energia. Essa receita será auferida em aproximadamente 5 anos através de aumento tarifário extraordinário vigente a partir de 27/12/2001, porém a Eletropaulo receberá um adiantamento de 90% desses recursos em 2002 através de empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento). A primeira parcela da antecipação do BNDES foi desembolsada em Fevereiro/2002 no valor de R\$278 milhões. A empresa espera receber a próxima parcela em junho de 2002.

Como resultado das negociações realizadas entre as empresas concessionárias geradoras e distribuidoras de energia elétrica e o Governo Federal a empresa pode diferir os custos não gerenciáveis referentes à Parcela A tais como: despesas com Conta de Consumo de Combustível (CCC), compra de energia de Itaipu e encargos de serviço do sistema, representando uma recuperação de despesas na ordem de R\$41 milhões referentes ao período de Janeiro-Março de 2002, que ocorrerá via reajuste tarifário em 4 de julho de 2002.

A Eletropaulo de acordo com a Resolução N° 123 da ANEEL de 15/03/2002 receberá, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) um adiantamento de 90% da variação dos custos da Parcela A do período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Este adiantamento será pago com a receita auferida através do reajuste tarifário extraordinário já mencionado no parágrafo acima.

Desta forma, a Eletropaulo obteve no 1º trimestre de 2002 um prejuízo de R\$14 milhões, enquanto que no 1º trimestre de 2001 a empresa obteve um prejuízo de R\$129 milhões. O lucro líquido do 4º trimestre de 2001 foi de R\$581 milhões devido aos ajustes referentes a contabilização das perdas com o racionamento que foram realizados em dezembro bem como, a recuperação de Parcela A de janeiro a outubro de 2001.

O EBITDA de R\$333 milhões apresentado pela Eletropaulo no 1º trimestre de 2002 foi superior ao EBITDA de R\$150 milhões apresentado no mesmo trimestre do ano anterior. Tal resultado já reflete os efeitos positivos da proteção contra as oscilações dos custos não-gerenciáveis, notadamente em relação à variação do dólar referente à compra de energia de Itaipu, a partir da implementação da Portaria Interministerial nº 296 em outubro de 2001.

RESULTADO OPERACIONAL

1º Trimestre 2002 x 4º Trimestre 2001

A *receita bruta* no 1º trimestre de 2002 foi de R\$1.746 milhões, a qual inclui R\$192 milhões a título de recomposição tarifária extraordinária referente aos meses de Janeiro e Fevereiro, período em que o racionamento ainda estava vigente, seguindo as determinações de contabilização da Resolução 72 da Aneel.

A CVA (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A) impactou positivamente o EBITDA durante o 1º trimestre de 2002 em R\$ 46,9MM, composto da seguinte forma:

	Mutação da CVA			
	Saldo acumulado 4 Tri 01	CVA reconhecida 1 Tri02	Correção no período	Saldo Final 1 Tri 02
CCC	9.683	2.199	4.322	16.205
Itaipu	9.994	28.330	7.844	46.167
ESS	3.102	10.500	0	13.602
Total	22.779	41.029	12.166	75.974

No 1º trimestre de 2002, a *despesa com CCC*, mostrou-se 19,3% acima da despesa do 4º trimestre de 2001, isto se deve à nova cota de CCC (R\$355 milhões) estabelecida pela Resolução N  36 de 29/01/2002. A contabilização da CVA é feita por regime de competência financeira, enquanto que a contabilização de CCC é feita pelo regime de competência contábil. Vide quadros abaixo:

CCC contabilizada no 1 Tri 02			
Mês	Valor � contabilizar	CVA	Valor Contabilizado
Janeiro	24.507	734	23.772
Fevereiro	23.246	1.363	21.884
Março	23.144	102	23.042
Total	70.897	2.199	68.697

Pagamento de CCC			
M�s de Referência	Valor pago	Valor c/ Cobertura	Diferenç�
Dez/01 pago em Jan/02	23.878	23.144	734
Jan/02 pago em Fev/02	24.506	23.144	1.363
Fev/02 pago em Mar/02	23.246	23.144	102
Total	71.631	69.432	2.199

A *despesa com energia elétrica comprada* no 1º trimestre de 2002 foi contabilizada com um fator de redução de 12% dos contratos iniciais nos meses de janeiro e fevereiro, uma vez que nestes meses as metas de redução de consumo devido ao racionamento foram reduzidas. O Governo ainda não divulgou o valor do fator de redução e a empresa utilizou um valor estimado para este cálculo. A significativa redução observada neste trimestre é explicada principalmente pelo fato de que no 4º trimestre de 2001, tal conta incluía o valor referente à energia livre (R\$359 milhões)

R\$ Mil	
Fornecedor	1º tri
Ces p	146.697
Parapanema	35.204
Tiete	44.577
Furnas	156.414
Emae	26.912
Itaipu	247.464
Outros (Bilateral e Curto Prazo)	10.746
Total	668.016

Despesas com transmissão – totalizou R\$ 111,5 milhões durante o 1º trimestre de 2002 (vs. R\$105,4 milhões no trimestre anterior). Tal aumento resultou da cobranç a da tarifa de uso do sistema de distribuição. Em janeiro de 2002 a Eletropaulo assinou um contrato referente ao uso do sistema de distribuição da área de concessão da Bandeirante Energia S.A. uma vez que existem pontos de intercâmbio nas áreas de concessão de ambas. O acordo

estabeleceu que a cobrança desta tarifa seria retroativa a abril de 2001, sendo o valor entre Abril e Dezembro de 2001 de R\$4,7 milhões. Durante o 1º trimestre de 2002, tal despesa foi de R\$1,5 milhões.

Despesas com pessoal – durante o 1º trimestre de 2002 foram de R\$86 milhões, valor impactado em R\$ 50.8 milhões pelos efeitos da Fundação Cesp (Reserva a Amortizar) e dos itens extraordinários do período. Excluindo-se tais efeitos, a despesa de pessoal no 1º trimestre de 2002 seria de R\$35,2 milhões, 5,6% inferior ao 4º trimestre de 2001, conforme quadro abaixo.

Despesa com pessoal			
	4 Tri 01	1 Tri02	V%
Total de Desp. com Pessoal(1)	89,0	86,0	-3,3%
F. Cesp Reserva à Amortizar	(47,5)	(48,6)	2,2%
Desp. c/ pessoal sem F.Cesp (2)	41,5	37,5	-9,6%
Provisionamento PLR	(4,2)	-	
Programas Assistenciais F Cesp	-	(2,3)	
Itens extraordinários (3)	(4,2)	(2,3)	
Despesa c/ pessoal ajustado = (1-2-3)	37,3	35,2	-5,6%

Despesa com Fundação Cesp no 1º trimestre 2002 foi 5,9% superior ao 4º trimestre de 2001. Isto se deve basicamente ao aumento da contribuição baseado na folha de pagamento da empresa para a manutenção dos níveis de amortização das reservas matemáticas.

Fundação Cesp			
	4 Tri 01	1 Tri02	V%
Contribuição como patrocinadora	2,2	1,7	-24,3%
Programas assistenciais	1,8	4,4	138,0%
Subtotal de Benefícios (1)	4,1	6,1	48,8%
Amortização de reservas a amortizar	47,5	48,6	2,2%
Subtotal de Reservas à Amortizar (2)	47,5	48,6	2,2%
Total incluído como despesa de pessoal (1+2)	51,6	54,6	5,9%

Despesas de materiais e serviços de terceiros – apresentou uma redução de 47.8%, passando de R\$79,8 milhões no 4º trimestre de 2001 para R\$41,6 milhões no 1º trimestre de 2002. Durante o 4º trimestre de 2001, tal conta estava impactada por gastos extraordinários oriundos do programa preventivo de manutenção da rede elétrica. Outro fator que contribuiu para a diminuição desta conta foi à menor necessidade de investimentos no ano de 2002 devido à queda da demanda de energia causada pelo racionamento.

Outras despesas operacionais - apresentou um aumento de R\$68,5 milhões comparado ao trimestre anterior. Esta conta no 4º trimestre de 2001 teve sua despesa reduzida em função de uma reversão de R\$94,6 milhões referente a provisões passivas trabalhistas. Além das despesas normais do período, ocorreu um aumento do provisionamento de PDD de aproximadamente R\$ 18,5 milhões, principalmente atribuída aos poderes públicos. Houveram também reversões de provisões no valor de R\$ 6,6 milhões no 1º trimestre de 2002.

1º Trimestre 2002 x 1º Trimestre 2001

A *receita bruta* no 1º trimestre de 2002 foi de R\$1.746 milhões, a qual inclui R\$192 milhões à título de recomposição tarifária extraordinária referente aos meses de Janeiro e Fevereiro, período em que o racionamento ainda estava vigente, seguindo às determinações de contabilização da Resolução 72 da Aneel.

Despesa com energia elétrica comprada: passou de R\$642 milhões para R\$668 milhões, representando um aumento de 4,0%. Este aumento não foi maior, pois foi aplicado um fator de redução nos contratos iniciais de 12% nos meses de janeiro e fevereiro devido ao racionamento. Caso o fator de redução não fosse aplicado esta conta apresentaria um aumento superior ao ocorrido, uma vez que as tarifas dos geradores foram reajustadas em média 14% em julho de 2001.

Despesas com transmissão e utilização da rede básica elevaram-se em 15,2% quando comparados com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$96,7 milhões para R\$111,5 milhões, devido principalmente ao reajuste nas tarifas de transporte e conexão de aproximadamente 9,6% ocorrido em julho de 2001 e também ao reajuste de 11,4% da tarifa de transmissão de Itaipu. Além dos fatores citados anteriormente esta conta foi impactada pela cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição que não era cobrada anteriormente. Em janeiro de 2002 a Eletropaulo assinou um contrato referente ao uso do sistema de distribuição da área de concessão da Bandeirante Energia S.A. uma vez que existem pontos de intercâmbio nas áreas de concessão de ambas. O acordo estabeleceu que a cobrança desta tarifa seria retroativa a abril de 2001, sendo o valor entre Abril e Dezembro de 2001 de R\$4,7 milhões. Durante o 1º trimestre de 2002, tal despesa foi de R\$1,5 milhões.

No 1º trimestre de 2002 a *despesa com pessoal* reduziu-se em 17,1% se comparada ao mesmo período do ano anterior. Tal diminuição refere-se à redução do número de funcionários. Em março de 2001 o número de funcionários era de 5.810 enquanto que em março de 2002 era de 3.967. Esta conta também foi impactada pela alteração na contabilização do valor referente à amortização das reservas matemáticas da Fundação CESP, que a partir de janeiro de 2002 estão sendo contabilizadas como item extraordinário de acordo com a deliberação 371 da CVM e não mais dentro desta conta.

Despesas de materiais e serviços de terceiros: comparando-se o 1º trimestre de 2002 com o mesmo período do ano anterior verifica-se um incremento de 14,6%, de R\$36,3 milhões para R\$41,7 milhões. Serviços de manutenção de computadores, e de leitura e entrega de contas são os principais responsáveis por estas variações.

Outras despesas operacionais apresentaram um crescimento de 6,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, se não considerarmos o aumento da provisão de PDD referente ao poder público (R\$ 18,5 milhões), esta conta apresentaria uma redução de 59,5% decorrente da adoção do novo critério de contabilização estabelecido pela Aneel.

RESULTADO FINANCEIRO

1º Trimestre 2002 X 4º Trimestre 2001

As *receitas financeiras* passaram de uma despesa de R\$440,7 milhões para uma receita de R\$88,4 milhões. A despesa no 4º trimestre de 2001 ocorreu devido aos ajustes negativos oriundos das operações de swap devido à valorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 13% no período. A Eletropaulo desde maio de 2000 realiza operações de hedge cambial a fim de reduzir a exposição de parte da dívida em moeda estrangeira a possíveis desvalorizações cambiais, porém neste período o Real apreciou em relação ao Dólar resultando um efeito negativo. No 1º trimestre de 2002 a receita financeira se deve principalmente à correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC.

As *despesas financeiras* passaram de uma receita de R\$475,1 milhões no 4º trimestre de 2001 devido à variação monetária e cambial positiva ocorrida no período para uma despesa de R\$266,2 milhões no 1º trimestre de 2002. As principais variações no período foram:

Encargos da Dívida em Moeda Nacional: apresentaram uma despesa de R\$ 17,8 milhões referente principalmente à amortização do principal e juros da 7ª emissão de debêntures ocorrida no período.

Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira: apresentaram uma redução de R\$90,4 milhões para R\$78,9 milhões

Multas e Acréscimo Moratório: a despesa de R\$ 15,1 milhões refere-se ao provisionamento do PASEP que a empresa está questionando judicialmente.

Outras Despesas Financeiras: passaram de uma receita de R\$12,6 milhões devido basicamente à apropriação da receita financeira decorrente do reconhecimento do contas a receber com o Governo do Estado de São Paulo referente à dívida da empresa com o Banco do Brasil denominado “Clube de Paris” para uma despesa de R\$93,5 milhões devido aos ajustes negativos que a empresa obteve com operações de swap no período. As despesas desta conta referem-se principalmente, ao pagamento de COFINS incidente sobre receita não operacional.

Varição Monetária em Moeda Nacional: passou de uma receita de R\$68,5 milhões devido ao reconhecimento da correção monetária referente à dívida do Metrô com a Eletropaulo e também devido à correção dos valores referentes ao diferimento da Parcela A (CVA) pela SELIC para uma despesa de R\$5,3 milhões devido principalmente à atualização do IGPDÍ referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP.

Varição Monetária em Moeda Estrangeira: a despesa do período refere se principalmente a amortização do diferimento da variação cambial de acordo com a realização do passivo, uma vez que no 1º trimestre de 2002 o Real se manteve praticamente constante em relação ao Dólar.

A Eletropaulo de acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente reconheceu no Ativo Diferido uma despesa de R\$203 milhões em 31/12/2001 referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período as quais deverão ser amortizadas em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

A empresa deu continuidade a política de “hedge” da exposição cambial decorrente do endividamento em moeda estrangeira, implementada em maio de 2000, que se mostrou bastante eficaz na proteção das grandes oscilações do dólar observadas no decorrer do ano. Em 31 de março de 2002 a Eletropaulo apresentou operações de “hedge” equivalentes a aproximadamente 87% de suas dívidas em dólar.

1º Trimestre 2002 X 1º Trimestre 2001

As *receitas financeiras* passaram de R\$168,1 milhões no 1º trimestre de 2001 para R\$88,4 milhões no 1º trimestre de 2002. A receita financeira no 1º trimestre de 2002 se deve principalmente à correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC enquanto que no 1º trimestre de 2001 refere-se principalmente ao ganho obtido com operações de swap.

As *despesas financeiras* do 1º trimestre de 2002 foram de R\$266 milhões, inferiores as despesas de R\$363 milhões no mesmo período do ano anterior. Esta redução se deve principalmente a variação da taxa de câmbio ocorrida durante o período. As principais variações são:

Encargos da Dívida em Moeda Nacional: apresentaram uma redução de R\$27,7 milhões para R\$17,8 milhões devido à amortização do principal das debêntures ocorrida em relação ao mesmo período do ano anterior reduzindo desta forma, o pagamento de encargos referente a 4ª e 7ª emissões de debêntures no período.

Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira: apresentou uma elevação de R\$51,7 milhões para R\$78,9 milhões principalmente em função de novas dívidas incorridas em dólar no exercício de 2001, visando rolar dívidas existentes e alongar o perfil do passivo.

Multas e Acréscimos Moratórios: A despesa com multas e acréscimos moratórios no 1º trimestre de 2002 foi de R\$15,1 milhões. As despesas desta conta referem-se basicamente à provisão dos encargos do PASEP que a empresa está questionando judicialmente e à incidência de PASEP sobre receita não operacional.

Outras Despesas Financeiras: somaram R\$93,5 milhões no 1º trimestre de 2002 enquanto que no 1º trimestre de 2001 esta conta apresentou uma despesa de R\$5,1 milhões. O aumento desta conta deve-se principalmente a ajustes negativos que a empresa obteve com operações de swap. Estas despesas geralmente se referem ao pagamento de juros sobre COFINS bem como, pagamento de COFINS incidente sobre receita não operacional.

Variação Monetária em Moeda Nacional: apresentou uma despesa de R\$5,3 milhões no 1º trimestre de 2002 devido principalmente à atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP, enquanto que no mesmo período do ano anterior a despesa foi de R\$42,6 milhões. A redução nesta conta se deve a amortização de principal das dívidas em moeda nacional.

Variação Monetária em Moeda Estrangeira: a despesa do período refere-se principalmente a amortização do diferimento da variação cambial de acordo com a realização do passivo, uma vez que no 1º trimestre de 2002 o Real se manteve praticamente constante em relação ao Dólar. A despesa de R\$264,6 milhões referente ao mesmo período do ano anterior se deve à desvalorização da moeda de 11% no período, uma vez que a empresa decidiu somente em 31/12/2001 reconhecer no Ativo Diferido o resultado da despesa cambial líquida de R\$203 milhões. Esta despesa refere-se à variação da taxa de câmbio ocorrida no período, a qual deverá ser amortizada em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

Composição das Despesas Financeiras :

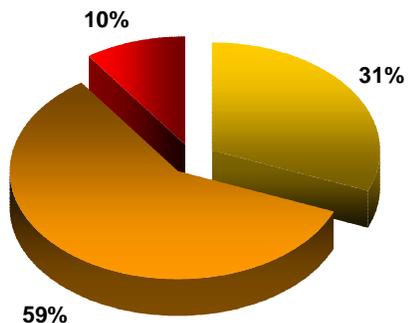
Consolidado	4º Tri 01	1º Tri 02	1º Tri 01
Receitas Fin			
Rendas de aplicações	(472.461)	4.298	150.430
Outras	31.677	84.100	17.692
	(440.784)	88.398	168.122
Despesas Fin			
Encargo de dívida			
Moeda Nac	(16.192)	(17.844)	(27.702)
Moeda Estrang	(90.383)	(78.879)	(51.722)
Multas e acresc.	(11.577)	(15.073)	(7.713)
Juros sobre capital próprio	(126.000)		
Outras	12.600	(93.475)	(5.071)
	(231.552)	(205.271)	(92.208)
Var monet/cambial			
Moeda nac	68.550	(5.267)	(42.611)
Moeda estrang	681.370	(56.335)	(264.586)
	749.920	(61.602)	(307.197)
Traduções das demonstrações	(43.176)	651	36.727
Total Desp Fin	475.192	(266.222)	(362.678)
Result Fin	34.408	(177.824)	(194.556)
Despesa Líquida de TJLP	601.192		

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora				R\$ milhões	
Demonstração dos Resultados	1º Tri 02	4º Tri 01	Var %	1º Tri 01	Var %
Receita Bruta	1.746,0	2.463,5	-29,1%	1.542,9	13,2%
Deduções à Receita Operacional					
- RGR	(15,3)	(14,9)	2,3%	(16,2)	-5,5%
- ICMS	(287,1)	(261,2)	9,9%	(303,9)	-5,5%
-Outros	(63,3)	(89,5)	-29,3%	(55,8)	13,5%
Receita Líquida	1.380,3	2.097,8	-34,2%	1.167,0	18,3%
Despesas Operacionais					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(668,0)	(1.031,1)	-35,2%	(642,0)	4,0%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(111,5)	(105,4)	5,8%	(96,7)	15,2%
Pessoal	(86,0)	(89,0)	-3,3%	(103,8)	-17,1%
Materiais	(5,0)	(19,4)	-73,9%	(6,6)	-23,1%
Serviços de Terceiros	(36,6)	(60,4)	-39,4%	(29,8)	22,9%
CCC	(68,7)	(57,6)	19,3%	(82,9)	-17,1%
Outros	(71,5)	21,4	-433,4%	(55,0)	29,9%
EBITDA	333,0	756,5	-56,0%	150,2	121,7%
Depreciação e Amortização	(60,7)	(59,8)	1,4%	(58,2)	4,2%
Resultado da Equivalência Patrimonial	5,5	(55,7)	-109,9%	43,9	-87,4%
Receitas Financeiras	88,0	(440,8)	-120,0%	166,5	-47,1%
Despesas Financeiras	(211,2)	(242,8)	-13,0%	(99,2)	112,8%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	0,0	126,0	-100,0%	0,0	#DIV/0!
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	(61,6)	771,9	-108,0%	(307,2)	-80,0%
Receitas/Despesas não operacionais	(5,1)	(3,9)	32,3%	(5,0)	2,8%
Resultado antes da Tributação	87,9	851,4	-89,7%	(109,1)	-180,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(30,4)	(270,0)	-88,7%	50,5	-160,2%
Item extraordinário Líquido dos efeitos de tributos	(71,9)	0,0	-	(70,7)	-
Lucro (prejuízo) Líquido	(14,4)	581,3	-102,5%	(129,4)	-88,9%

Controladora				R\$ milhões	
ATIVO	1º Tri 02	4º Tri 01	Var %	1º Tri 01	Var %
CIRCULANTE	2.534	2.340	8,3%	2.214	14,5%
Disponibilidades	272	267	1,9%	382	-28,7%
Consumidores	1.984	1.835	8,1%	1.627	21,9%
Provisão para Devedores Duvidosos	(347)	(311)	11,8%	(362)	-4,0%
Tributos e Contribuições Sociais	121	207	-41,7%	171	-29,3%
Estoques	30	30	-0,9%	36	-16,7%
Despesas pagas Antecipadamente	78	26	198,1%	52	50,3%
Outros Créditos	396	285	38,8%	307	28,9%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.897	2.720	6,5%	866	234,7%
Tributos e Contribuições Sociais	741	708	4,7%	607	22,2%
Consumidores	1.405	1.241	13,2%	0	-
Provisão para Devedores Duvidosos	(37)	(37)	0,0%	0	-
Despesas pagas Antecipadamente	379	368	3,0%	0	-
Outros Créditos	409	440	-7,1%	259	57,9%
PERMANENTE	6.281	6.349	-1,1%	5.946	5,6%
Investimentos	879	879	0,0%	777	13,1%
Imobilizado	5.222	5.234	-0,2%	5.129	1,8%
Diferido	180	236	-23,7%	39	360,2%
TOTAL DO ATIVO	11.712	11.410	2,7%	9.025	29,8%

Controladora				R\$ mil	
PASSIVO	1º Tri 02	4º Tri 01	Var %	1º Tri 01	Var %
CIRCULANTE	4.006	3.844	4,2%	1.985	101,8%
Fornecedores	985	910	8,2%	572	72,1%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	1.779	1.581	12,5%	350	408,4%
Obrigações com Fundação CESP	101	280	-64,0%	309	-67,4%
Encargos da Dívida	35	67	-48,0%	60	-41,7%
Impostos, Taxas e Contribuições	269	279	-3,7%	177	51,7%
Folha de Pagamento	4	1	345,7%	1	167,8%
Provisões	70	75	-6,6%	113	-38,2%
Dividendos a Pagar	140	140	0,0%	3	4612,3%
Obrigações Estimadas	27	26	2,8%	133	-79,8%
Parcelamento de Trib.e Contrib.Sociais	12	12	0,0%	12	0,0%
Outros	585	472	23,9%	255	129,6%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.752	4.597	3,4%	4.613	3,0%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	1.294	1.247	3,7%	1.804	-28,3%
Obrigações com Fundação CESP	486	395	23,3%	393	23,6%
Provisões Passivas (Cofins, Pasep e outros)	977	922	6,0%	904	8,1%
Parcelamento de Trib.e Contrib.Sociais	256	297	-13,6%	241	6,4%
Dívidas com Pessoas Ligadas	1.348	1.346	0,1%	1.254	7,5%
Outros	390	390	0,0%	17	2205,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.955	2.969	-0,5%	2.428	21,7%
Capital Social Realizado	1.058	1.058	0,0%	1.043	1,4%
Reservas de Capital	238	238	0,0%	252	-5,7%
Reservas de Reavaliação	1.217	1.220	-0,2%	1.228	-0,9%
Reservas de Lucros	61	61	0,0%	32	88,2%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	381	393	-3,0%	(127)	-
TOTAL DO PASSIVO	11.712	11.410	2,7%	9.025	29,8%



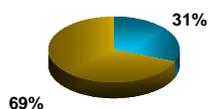
■ Moeda Local ■ Moeda Estrangeira c/ Hedge ■ Moeda Estrangeira s/Hedge

Curto e Longo Prazo



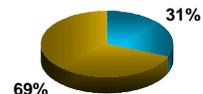
■ Curto Prazo ■ Longo Prazo

Longo Prazo



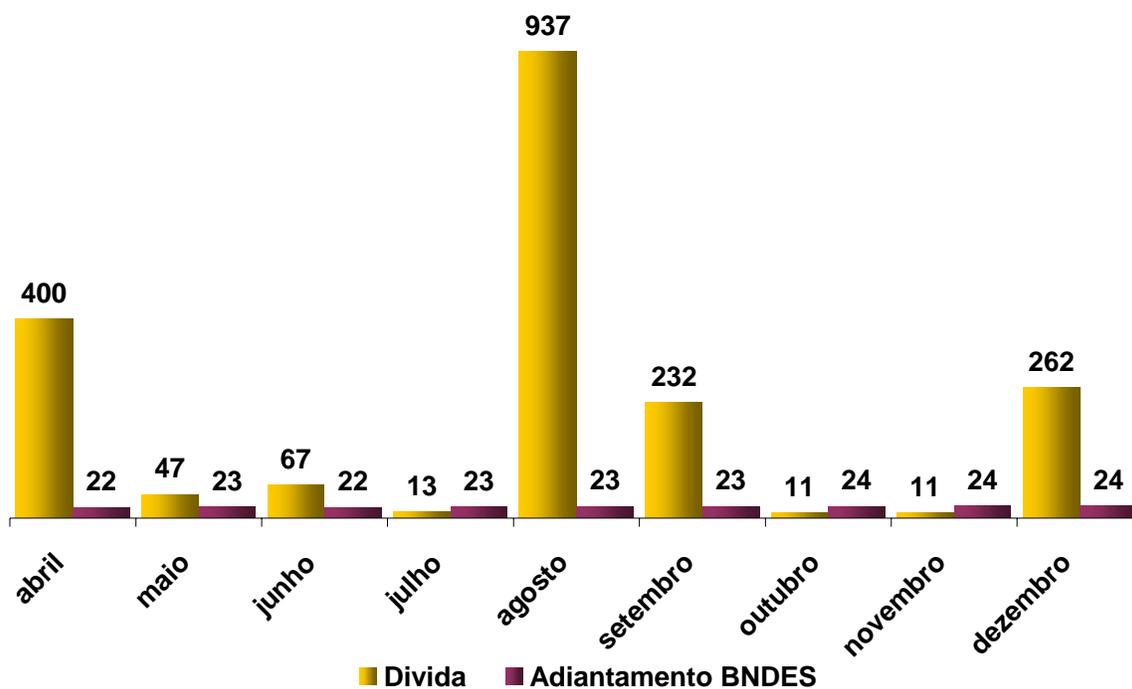
■ Moeda Local ■ Moeda Estrangeira

Curto Prazo



■ Moeda Local ■ Moeda Estrangeira

Vencimentos de Principal 2002 (R\$MM)



■ Divida ■ Adiantamento BNDES

Detalhamento do Endividamento

Em 31/03/02 o endividamento da empresa inclui o adiantamento de recursos do BNDES no valor de R\$257 milhões, referente as perdas do racionamento, o qual será amortizado mensalmente através dos recursos obtidos com o reajuste extraordinário de tarifas. Este será corrigido por Selic + 1% a.a o qual terá impacto nulo para a empresa uma vez que o ativo regulatório referente ao reajuste extraordinário de tarifa será corrigido pela mesma taxa (Selic + 1% a.a).

O Endividamento também contempla o valor de R\$101 milhões referente ao ajuste da Fundação Cesp, a ser reconhecido no Passivo de acordo com a deliberação 371 da CVM, o qual não tem impacto adicional de caixa (vide explicação pág. 19/ Fundação Cesp.).

Nível de Remuneração da Dívida Consolidada							R\$ mil
31/mar/02							
Descrição	Moeda	Vencimento	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)	Taxa Pós	
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	522.810	278	Dólar	
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2005	708.698	104.562	14.232	Dólar	
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	472.873	1.530	Dólar	
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	190.997	27.285	116	Dólar	
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	361	34	6	Dólar	
Euro - Commercial Papers	US\$	2001/2003	139.416	-	2.791	Dólar	
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	61.548	11.347	945	-	
Euro - Commercial Paper	US\$	2001/2002	-	278.832	-	Dólar	
Euro - Commercial Paper	US\$	2002	-	11.965	-	-	
Empréstimo Bancário	US\$	2000/2005	116.180	-	1.399	Dólar	
Linha de Financiamento Externo	US\$	2001/2004	232.360	-	1.722	Dólar	
Capital de Giro	US\$	2001/2002	-	23.236	1.367	Dólar	
Capital de Giro	US\$	2001/2003	-	69.708	1.025	Dólar	
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2002	-	69.708	-	Dólar	
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2002	-	46.472	-	Dólar	
Empréstimo Estruturado	US\$	2001/2009	69.708	-	-	Dólar	
TOTAL MOEDA EXTERNA			1.519.269	1.638.832	25.410		
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2003	139.894	154.204	9.188	IGP-M	
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II	R\$	1997/2008	-	10.759	-	TR	
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	385.045	66.964	-	TR	
CVM 371	R\$	1997/2017	100.767	-	-		
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	616	22.891	-	-	
Consumidores	R\$	2003	1.595	21	1.264	TR	
Conta Garantida	R\$	2001	-	197.095	863	0,00%	
Finame	R\$	1999/2005	47.901	11.302	423	TJLP	
Empréstimo Bancário	R\$	2002/2004	511	102	22	CDI	
Empréstimo Bancário	R\$	2002	-	10.000	7	CDI	
BNDES (B)	R\$	2002/2003	-	257.180	1.816	SELIC	
Outros	R\$	0	200	-	-	IGP-M	
Leasing	US\$	2000/2003	6.611	13.251	1.458	Dólar	
TOTAL MOEDA INTERNA			683.141	743.769	15.040		
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			4.625.461				
APLICAÇÃO FINANCEIRA			312.402				
DÍVIDA LÍQUIDA			4.313.059				

Nível de Remuneração da Dívida da Controladora							R\$ mil
31/mar/02							
Descrição	Moeda	Início/Final	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)	Taxa Pós	
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	522.810	277	Dólar	
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2005	708.698	104.562	14.232	Dólar	
Linha de Crédito Externo	US\$	1998/2009	1.347.688	-	33	Dólar	
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	472.873	1.530	Dólar	
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	190.997	27.285	116	Dólar	
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	361	34	1	Dólar	
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2003	139.416	-	2.791	Dólar	
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	61.548	11.347	945	-	
Intercompany Loan	US\$	2001/2002	-	-	-	Dólar	
TOTAL MOEDA EXTERNA			2.448.709	1.138.911	19.925		
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2003	139.894	154.204	9.188	IGP-M	
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II	R\$	1997/2008	-	10.759	-	TR	
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	385.045	66.964	-	TR	
CVM 371	R\$	1997/2017	100.767	-	-		
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	616	22.891	-	-	
Consumidores	R\$	2003	1.595	21	1.264	TR	
Conta Garantida	R\$	2001	-	197.095	863	0,00%	
Finame	R\$	1999/2005	47.901	11.302	423	TJLP	
BBA	R\$	2002/2004	511	102	22	CDI	
Banco do Brasil	R\$	2002	-	10.000	7	CDI	
BNDES	R\$	2002/2003	-	257.180	1.816	SELIC	
Outros	R\$	0	200	-	-	IGP-M	
Leasing	US\$	2000/2003	2.940	10.559	1.458	Dólar	
TOTAL MOEDA INTERNA			679.470	741.077	15.040		
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			5.043.132				
APLICAÇÃO FINANCEIRA			272.482				
DÍVIDA LÍQUIDA			4.770.650				

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Durante o 1º trimestre de 2002 não houve a necessidade de captações significativas de recursos, dado que a maior concentração de vencimentos ocorre no 2º semestre de 2002. A empresa vem se preparando para captar recursos através de operações de médio e longo prazo, visando alongar o perfil de seu endividamento financeiro. Tais recursos, em conjunto com a geração própria de caixa e parte do adiantamento de caixa do BNDES para compensar as perdas do racionamento e de Parcela A, serão utilizados para as amortizações futuras de dívidas.

A Eletropaulo repagou algumas dívidas que venceram neste período e rolou apenas um Commercial Paper de US\$85 milhões com prazo de 3 meses, com custo em torno de 6% a.a, **o qual foi pago em 10 de abril de 2002**. Em 19 de março de 2002 a empresa vendeu parte da 7ª emissão de debêntures que estava em tesouraria, representando um total de R\$130 milhões. Vale ressaltar que em 29 de março de 2002 a empresa amortizou R\$ 166 milhões desta emissão.

Em 07/02/02 foram desembolsados pelo BNDES R\$ 278 milhões a título de adiantamento das perdas do racionamento, o qual começou a ser amortizado com os recursos do reajuste tarifário extraordinário a partir de 15/03/02. Estima-se que as parcelas remanescentes desse adiantamento (sujeito à validação da Aneel), de aproximadamente R\$ 960,8 milhões, valor que inclui perdas do racionamento em 2001, 2002 e parcela A de 2001, devam ser desembolsados ao longo do mês de junho.

Durante o 1º trimestre de 2002, a empresa deu continuidade à política de “hedge” da exposição cambial decorrente do endividamento em moeda estrangeira, implementada em maio de 2000, que se mostrou bastante eficaz na proteção das grandes oscilações do dólar observadas no decorrer do ano de 2001. Os instrumentos financeiros de curto prazo utilizados para a proteção são principalmene “swap” de índices (dólar x CDI) e a aquisição de papéis cambiais do governo (NBC-E e NTN-D).

Em 31 de março de 2002 a Eletropaulo apresentou operações de “hedge” equivalentes a aproximadamente 87% de suas dívidas em dólar, através dos seguintes instrumentos:

	Valor US\$	Valor R\$
Instrumento Financeiro		
SWAP	1.173.868	2.727.600
Papel Cambial	23.762	55.214
Subtotal (1)	1.197.630	2.782.814
Dívida Consolidada (2)	1.370.077	3.183.511
% Protegido (1/2)	87%	87%

Ratings Eletropaulo

Agência de Rating	Escala Nacional	Escala Internacional	
		Moeda Local	Moeda Estrangeira
FITCH	AA(bra)	BBB-	BB-
S&P	BRA (Negative Outlook)	BB-(Negative Outlook)	BB-(Negative Outlook)
MOODY'S	NA	Baa2	B1

Os ratings de escala nacional bem como em moeda local da escala internacional das agências Fitch e Moodys são considerados “investment-grade”.

O press release divulgado pela Fitch, pela Standard & Poor's e pela Moody's está disponível no site da empresa: <http://www.eletropaulo.com.br/>

Contabilização da Dívida “Off-balance” – Fundação CESP

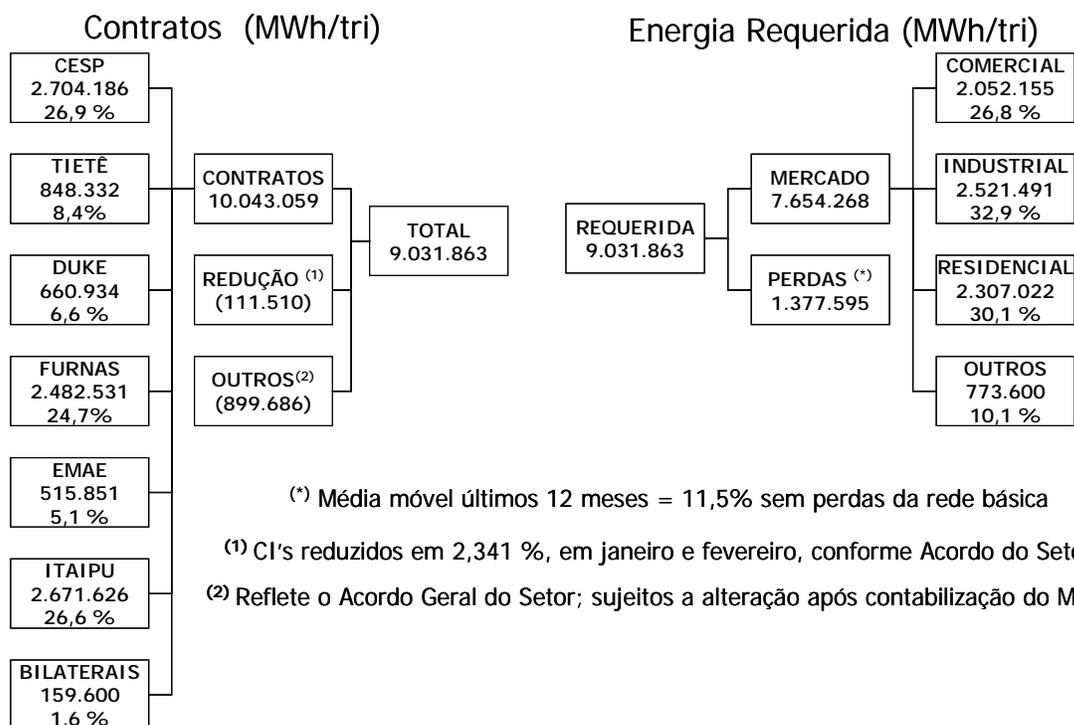
A Companhia, de acordo com Deliberação CVM nº371, optou por reconhecer no resultado do exercício dos próximos 5 anos a partir de 2002, o passivo atuarial não registrado apurado em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$2.399 milhões. Tal montante irá transitar pelo Demonstrativo de Resultados na proporção de 1/5 por ano, de tal forma que tal obrigação estará integralmente reconhecida no Balanço Patrimonial em 2007.

Vale mencionar que em função de tal dívida já ter sido objeto de negociação no passado, e conseqüentemente já vêm sendo objeto de amortização desde outubro de 1997, com prazo estimado de liquidação em outubro de 2017, **tal contabilização não irá representar desembolso adicional de caixa para a empresa.** A despesa adicional resultante desse ajuste contábil será somada à respectiva despesa de pessoal (oriunda da amortização mencionada), e ambas serão classificadas como ítem extraordinário, não impactando o EBITDA.

De acordo com a Deliberação 371 da CVM a contabilização durante o 1º trimestre de 2002 foi feita da seguinte forma:

- ✓ Creditou-se Passivo de Longo Prazo (Obrigações com a Fundação CESP) de aproximadamente R\$ 100,7 milhões contra Despesa Extraordinária de R\$71,9 milhões (líquido dos efeitos tributários)
- ✓ Adicionalmente, a amortização da dívida com a Fundação CESP (Reserva Matemática a amortizar) representou um efeito no Resultado de aproximadamente R\$48,6 milhões.

BALANÇO ENERGÉTICO 2001



Muitos consumidores que não conseguiram cumprir com suas metas de consumo estabelecidas pelo Governo, decidiram realizar ligações clandestinas aumentando desta forma o número de fraudes no nosso sistema. Considerando-se que o número de ligações clandestinas fosse o mesmo apresentado antes do racionamento, proporcionalmente o número de perdas já seria maior uma vez que houve uma queda brusca no mercado devido ao racionamento. Acredita-se que com o final do racionamento e um programa eficaz para combate à fraudes, as perdas da Eletropaulo deverão retornar aos níveis anteriores.

TARIFAS DE VENDAS

Reajuste Tarifário Julho/2001

Parcelas	%
<i>Itaipu</i>	5,49
<i>A RGR/CCC/Others</i>	1,98
<i>Suprimento nacional</i>	4,64
Total Parcela A	12,11
<i>B Variação IGPM</i>	4,50
Total Parcela B	4,50
Reajuste Total	16,61

Baixa Renda

Em 19 de setembro de 2001 foi julgada favorável a decisão judicial, possibilitando a empresa à reclassificação dos clientes de baixa renda mediante novos critérios. Considera-se consumidor de baixa renda, aquele que preencher os seguintes requisitos simultaneamente:

- Cliente com consumo médio até 220 KWh/mês nos últimos 12 meses;
- Imóvel autoconstruído, construído em multirão, favela, ou conjunto habitacional com até 72 metros quadrados;
- Ligação monofásica ou Bifásica;
- Carga instalada de até 6KW e
- Renda familiar de até três salários mínimos.

Com a reclassificação 2,2 milhões de clientes deixaram de ter o benefício do desconto tarifário, resultando em uma receita anual adicional de aproximadamente R\$230 milhões /ano. Seguindo a decisão judicial, no 1º trimestre de 2002 a empresa obteve incremento da receita devido à reclassificação dos clientes baixa renda. Após a reclassificação apenas 500 mil clientes continuaram com o benefício.

TARIFA MÉDIA R\$/MWh	Acumulado 2002
RESIDENCIAL	208,11
INDUSTRIAL	123,45
COMERCIAL	188,59
DEMAIS	126,60
TOTAL	166,75

Em 2 de maio de 2002, a ANEEL emitiu a Resolução N° 246, que estabelece as condições para enquadramento na subclasse residencial baixa renda da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh. A Eletropaulo não foi afetada por esta resolução, uma vez que os consumidores baixa renda da sua área de concessão, conforme definido pela ANEEL, já estavam enquadrados pela Eletropaulo antes da edição desta norma.

INDICADORES DE QUALIDADE

Em 21 de janeiro de 2002, ocorreu o rompimento de um dos quatro subcondutores do sistema de transmissão no trecho de Ilha Solteira - Araraquara, ocasionando um curto-circuito o que levou o Sistema Sudeste a um processo oscilatório, demandando vários outros desligamentos automáticos, caracterizando um sistema de “blecaute” nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A interrupção de carga na área da Eletropaulo foi em média de 3h12m, impactando os indicadores de eficiência – DEC e FEC.

DEC/ FEC/TMA

	1.998	1.999	2.000	2.001	1º Tri 2002 c/efeito do Blecaute	1º Tri 2002 s/efeito do Blecaute	Limite Aneel 2002
DEC	18,21	19,43	11,44	8,99	11,71	8,60	14,77
FEC	10,19	10,9	9,2	7,51	8,53	7,16	9,92
TMA	156	133	86	100	119		166

Quadro de Pessoal

A Eletropaulo a partir de abril de 2001 apresentou um quadro de pessoal reduzido e com uma nova filosofia de trabalho. Em março de 2002, 3.967 pessoas faziam parte da equipe da Eletropaulo. Comparando este número com o final de 2000, é verificada uma redução de 32% no quadro de pessoal, e se comparado a março de 1998, esta redução é de 61%. Como consequência do ajuste do quadro de pessoal, os índices de produtividade melhoraram sensivelmente até o 2º trimestre de 2001. Devido ao racionamento de energia elétrica os índices do 3º e 4º trimestres de 2001 e 1º trimestre de 2002 foram afetados, uma vez que menos MWh foram vendidos. A relação número de clientes por empregado, que em março de 1998 era de 426, saltou ao final de março de 2002 para 1.207.

	1.998	1.999	2.000	1º Tri01	2.001	1º Tri02
Pessoal	7.668	6.646	5.851	3.857	3.982	3.967
Vendas Físicas (MWh) / Empregado	387	444	533	800	680	643
Número de clientes / Empregado	574	673	791	1.207	1.192	1.207